

**AO SENHOR MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,
ALEXANDRE DE MORAES, RELATOR.**

REFERÊNCIA: AP 1044/DF

DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA, devidamente qualificado nos autos da AÇÃO PENAL supracitada, por seu advogado que ao final assina, vem à vossa presença, **em razão da decretação da “graça” constitucional pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, Publicado em 21/04/2022, Edição: 75-D, Seção: 1, Extra D, Página: 1, Órgão: Atos do Poder Executivo, REQUERER o que se segue.**

Tendo em vista a PERDA DO OBJETO da presente ação penal, diante da clemência presidencial ao ora Requerente, que em seu Art. 3º lhe concedera o perdão às suas condenações nas penas privativas de liberdade, multas, inclusive inscritas em dívida ativa, e restritivas de direitos, pugna pelo ARQUIVAMENTO da presente AP:

“Art. 3º A graça inclui as penas privativas de liberdade, a multa, ainda que haja inadimplência ou inscrição de débitos na Dívida Ativa da União, e as penas restritivas de direitos.”

Fonte: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-de-21-de-abril-de-2022-394545395>
Acesso realizado em 01/05/2022, às 11:46h

Não havendo absolutamente NADA mais a ser discutido no âmbito desta vergonhosa AÇÃO PENAL, nos termos do entendimento da ADI 5874/DF, onde restou evidenciada e clara a desnecessidade de trânsito em julgado, requer:

- a) O imediato arquivamento da AÇÃO PENAL 1044/DF, bem como seus “puxadinhos”, os inquéritos 4781, 4872, 4898, ou quaisquer outras persecuções em andamento, de conhecimento ou não da Defesa, em razão de sigilo;
- b) O imediato restabelecimento de todas as suas redes sociais: TWITTER, FACEBOOK, INSTAGRAM, YOUTUBE, e onde mais tiver sido bloqueada por ato ilegal deste Relator, e que interferem no exercício de seu mandato parlamentar;
- c) A devolução de todos os aparelhos celulares **confiscados** por ordem deste Relator, imediatamente;



- d) A imediata devolução da fiança paga em 29/06/2022, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com as devidas correções legais, e sem quaisquer deduções;
- e) O fim de todas as perseguições pessoais deste Relator, comprometendo-se a apagar o nome DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA de vossa mente, respeitando o devido processo legal e a Constituição Federal.

Ainda, diante do PERDÃO PRESIDENCIAL AMPLO E IRRESTRITO (Art. 84, XII, CF 1988), não há sequer em falar de recursos a serem opostos ou interpostos, por quaisquer das partes, MP e DEFESA, pois deixou de existir o objeto da malfadada persecução penal, inexistindo também a motivação recursal.

Recorrer de que, se houve PERDÃO absoluto? Tudo é questão de bom senso, por mais dolorido que seja olhar para trás e ver o rastro de destruição das linhas constitucionais por este Relator e pares, e chegar ao final, PARA NADA, senão, exposição midiática desnecessária.

No jargão popular: “após o naufrágio, nadar... nadar... nadar... e morrer na praia”. Essa é a história trágica da AÇÃO PENAL 1044, filha indigna do Inquérito 4781, “O ETERNO”.

Aceitar a realidade não é uma opção, e sim, um DEVER LEGAL, vislumbrando a realidade constitucional posta.

O desejo pessoal não pode se sobrepor à ordem constitucional.

Respeite a CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Termos em que aguarda deferimento.

De Goiânia/GO para Brasília/DF, 01 de maio de 2022, **13:30h**.

(assinado eletronicamente)

PAULO CÉSAR RODRIGUES DE FARIA

Advogado – DF 64.817 e GO 57.637

